

**10 ANOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO PODER (2003-2013):
IDEOLOGIA, POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL EM TEMPOS DE PÓS-
NEOLIBERALISMO.**

**10 YEARS OF THE WORKER'S PARTY IN PRESIDENCY (2003-2013):
IDEOLOGY, POLITICS AND SOCIETY IN BRAZIL IN THE AGE OF POST-
NEOLIBERALISM.**

Leonardo de Araújo e Mota¹
Flávio José Souza Silva²

Resumo

Na década compreendida entre os anos de 2003 a 2013, a Presidência da República no Brasil passou ao controle do Partido dos Trabalhadores (PT), cujas diretrizes baseavam-se em ferrenha crítica às elites políticas e econômicas que comandaram a política brasileira por séculos. O objetivo deste artigo é efetuar uma análise dessa trajetória considerando aspectos históricos de formação do Estado brasileiro, mudanças recentes ocorridas no cenário econômico e político do País a partir do conceito de pós-neoliberalismo, das reconfigurações vivenciadas pelos petistas em seu percurso de apropriação do poder, concluindo com as análises de Robert Michels sobre a tendência à elitização dos partidos socialistas ao se apropriarem do poder no Estado burguês. Como método de pesquisa, realizou-se uma revisão de literatura recente sobre o tema. Conclui-se que o PT configura-se economicamente como uma versão social-democrata de um capitalismo financeirizado, enquanto politicamente não conseguiu romper com muitas estruturas oligárquicas que ainda influenciam a política nacional.

Palavras-Chave: Partido dos Trabalhadores. Pós-neoliberalismo. Oligarquias.

Abstract

In the decade between 2003 and 2013, the Presidency of the Republic of Brazil came under the control of the Workers Party (PT), which had its guidelines based on a fierce critique of political and economic elites who commanded Brazilian politics for centuries. The aim of this paper is to perform an analysis of this trajectory considering historical aspects of the formation of the Brazilian State, recent changes in the economic and political landscape of the country using the concept of post-neoliberalism, the reconfigurations experienced by PT in its path for power, including Robert Michels's analysis of the gentrification of Socialist Parties when they assume power by

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor titular do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Coordenador do Grupo de Pesquisa "Pós-neoliberalismo no Brasil: reflexões políticas, econômicas e sociais sobre os 10 anos do Partido dos Trabalhadores no poder (2003-2013)".

² Bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), membro do Grupo de Pesquisa "Pós-neoliberalismo no Brasil: reflexões políticas, econômicas e sociais sobre os 10 anos do Partido dos Trabalhadores no poder (2003-2013)".

appropriating the Bourgeois State. As a research method, it was done a review of recent literature about the topic. We conclude that the PT is economically configured as a social democratic version of a financial capitalism, while politically failed to break with many oligarchic structures that still influence national politics.

Keywords: Workers' Party. Neoliberalism. Oligarchies.

Introdução

Na década situada entre os anos de 2003 a 2013, o Brasil foi governado por um partido oriundo do movimento sindical, o Partido dos Trabalhadores (PT). Mediante o apoio de intelectuais identificados com o socialismo, essa agremiação passou a constituir suas diretrizes baseadas em ferrenha crítica às estruturas sociais seculares, às elites brasileiras e transnacionais, e pela ética na política. Suas “bandeiras de luta” eram compartilhadas por vários segmentos da população como sindicalistas, funcionários públicos, movimento estudantil, intelectuais de esquerda, movimentos sociais populares etc.

Entretanto, para lograr alcançar a Presidência da República, a direção majoritária do PT optou por abandonar o discurso mais ofensivo em prol da adoção de uma estratégia de conciliação e cooptação de antigos adversários políticos, que passaram a integrar sua base de apoio no Congresso Nacional, fazendo com que um amplo projeto de mudanças fosse implementado, garantindo-lhe três vitórias consecutivas para o cargo de maior poder no Estado brasileiro.

Este artigo que busca efetuar uma análise dessa trajetória considerando as ideologias e os aspectos históricos de formação do Estado brasileiro, as mudanças recentes ocorridas no cenário econômico e político do País, a partir do conceito de pós-neoliberalismo, como das reconfigurações sofridas pelo Partido dos Trabalhadores em seu percurso de apropriação do poder, incluindo as análises de Robert Michels sobre a tendência ao “aburguesamento” e burocratização dos partidos de configuração socialista ao se apropriarem do aparato institucional inerente ao Estado burguês.

Ideologias Políticas e Sociedade no Brasil

Os ideais e as ideologias não raro são interpretados como mera luta pelo poder, propaganda política ou *falsa consciência* da realidade, que ocorre em função do poder de uma classe sobre outras, conforme diria Marx (2007). Diante dessa concepção, as ideologias seriam apenas “vitrines” que ocultam a realidade da vida política e social. Porém, o mais relevante é compreender que todas as ideias políticas são determinadas por circunstâncias sociais e históricas específicas, nas quais a teoria e a prática se relacionam devido à interação constante entre ideias e forças históricas.

As ideias e ideologias políticas podem também funcionar como uma forma de cimento social, fornecendo a determinados grupos sociais ou à sociedade de uma maneira geral, um conjunto de crenças e valores unificadores, geralmente associados a determinadas classes sociais: o liberalismo à classe média, o conservadorismo à aristocracia agrária, o socialismo à classe operária, e assim por diante. Ao proporcionar à sociedade uma cultura política unificada, as ideias também ajudam a promover a ordem e a estabilidade social, impondo obediência e controle. No entanto, Heywood (2010) salienta que as ideologias políticas não servem apenas como justificção da ordem existente, uma vez que também podem representar um guia para a ação política contestatória, como no caso das revoluções.

No que tange à matriz ideológica que “fundou” o Estado brasileiro, Martins (1999) comenta o fenômeno da política brasileira a partir da *política do favor*, que se constitui em base e fundamento do Estado, obscurecendo a distinção entre o público e o privado e, finalmente, expressando-se por meio do patrimonialismo. Dessa forma, na formação sócio-histórica do Brasil - Colônia, Império e República - o fenômeno da corrupção, ou política do favor, está intrinsecamente ligado ao processo de formação política brasileira. Conforme esse autor:

[...] a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal. Ao contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. Em consequência, nenhum grupo político tem hoje condições de governar o Brasil senão através de alianças com esses grupos tradicionais. E, portanto, sem amplas concessões às necessidades do clientelismo político. Nem mesmo os militares, secularmente envolvidos num antagonismo histórico com as tradições oligárquicas, conseguiram nos vinte anos de sua recente ditadura destruir as bases do poder oligárquico (p.20).

Denegrindo a identidade do que seria público, o privado era sempre muito bem delimitado e, conseqüentemente, usado nas relações pessoais de *troca de favores* com os agentes que representavam o Estado (HOLANDA, 2006). Dessa forma, o trabalho do servo seria usado como moeda em troca de barganhas políticas, regalias econômicas e para a sobrevivência da sua família. O Brasil Colônia não fugia a essa lógica, já que:

No Brasil dos séculos XVI e XVII, o público era quase que inteiramente personificado pelo privado. As re-públicas, isto é, as vilas, os municípios, eram constituídas pelas casta dos homens bons, isto é, os homens sem mácula no sangue e, também, sem mácula no ofício mecânico, isto é, homens que não trabalhavam com suas próprias mãos. A eles delegava o rei parte de sua autoridade e nelas os homens bons administravam essa concessão no benefício da república. República era, pois, sinônimo de coisa pública administrada pela assembleia dos particulares, isto é, dos súditos. (Ibidem, p.24)

No Brasil, o que era público ficaria a cargo da administração do privado. Todavia, não de um privado qualquer, mas dos “bons homens”, ou seja, de homens brancos, católicos, proprietários de terras e que podiam ter vários escravos. Enquanto o liberalismo, após a Independência do Brasil constituiu forte influência entre as classes letradas, D. Pedro I instaurou um regime liberal com características conservadoras, que se materializava por intermédio do Poder Moderador. Assim, “podemos dizer que D. Pedro I adotou uma legislação liberal, mas governava de forma autocrática” (LANZONI, 1998, p. 21).

Quando o povo brasileiro, gradativamente, teve acesso ao ato de votar, isso não representou um ganho democrático, pois beneficiou apenas os interesses na relação entre Estado, Exército e Oligarquias. É notável perceber que, por mais que houvesse tentativas por parte dos militares de romperem com essa lógica, era impossível governar o Brasil sem a força oligárquica e sem o absolutismo que o próprio Exército consolidou.

Getúlio Vargas, por exemplo, constituiu o seu “vargismo” por meio da relação de favoritismo e “jogo de favores”. No âmbito da redemocratização, na década de 1980, o clientelismo político favoreceu também a constituição de muitos partidos políticos, que se alinhavam mediante a lógica da perpetuação das oligarquias, pois sem elas não teriam como governar. O oligarquismo seria, obviamente, uma peça chave para a manutenção dessa forma de organização política.

Em contraponto a essa lógica patrimonialista, o Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP). Seu objetivo era promover mudanças estruturais na vida dos trabalhadores da cidade e do campo, no intuito de

romper com a tradição oligárquica secular que dominava a sociedade brasileira. Tratava-se, inicialmente, de um partido político constituído, basicamente, por sindicalistas, intelectuais de esquerda (muitos deles retornando do exílio após a anistia) e setores progressistas da Igreja Católica identificados com a Teologia da Libertação.

Apresentava-se um contexto histórico bem peculiar. A década de 1980, denominada pelos economistas de a “década perdida”, em virtude do fracasso de muitos planos econômicos e das altas taxas inflacionárias, presenciou um forte dinamismo dos movimentos sociais populares, que reivindicavam seus direitos civis, políticos e sociais, ou seja, sua *cidadania*. Gohn assim resume esse período:

A sociedade como um todo aprendeu a se organizar e reivindicar. Diferentes grupos sociais se organizaram para protestar contra o regime político vigente, para pedir “Diretas Já”, para reivindicar aumentos salariais. A sociedade civil voltou a ter voz. A nação voltou a se manifestar através das urnas. As mais diversas categorias profissionais se organizaram em sindicatos e associações. Grupos de pressão e grupos de intelectuais engajados se mobilizaram em função de uma nova Constituição para o país. Em suma, do ponto de vista político, a década não foi perdida. Ao contrário, ela expressou o acúmulo de forças sociais que estavam represadas até então, e que passaram a se manifestar. (2009, p. 58).

Nesse contexto de intensas mobilizações sociais o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral reconhece o PT como um partido político brasileiro, em 11 de fevereiro de 1982. Sua direção fica a cargo do líder sindical e figura carismática do partido: Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, o partido foi se desenvolvendo com um forte discurso de combate às injustiças sociais e pela ética na política. Aos poucos, o PT foi elegendando políticos para representá-lo no Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que conseguia alguns êxitos em eleições municipais e estaduais. Nas eleições para Presidente da República de 1989, Lula é derrotado por Fernando Collor. Posteriormente, Lula também disputa duas vezes o mesmo cargo e perde todas elas para o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Fernando Henrique Cardoso.

Nas eleições de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva finalmente consegue vencer o pleito. Em primeiro lugar, cabe recordar que a maxidesvalorização do Real em 1999 e a crise econômica que se seguiu “marcaram o início da derrocada da legitimidade anteriormente conquistada pela coalizão PSDB-PFL perante a população brasileira, baseada no simbolismo do real como garantia do poder de compra estável” (FORTES; FRENCH, 2012, p. 203) Além disso, o discurso inflamado do PT, amiúde tachado de “comunista”, foi sendo substituído por um tom mais conciliatório, resultando no

surgimento do “Lulinha Paz e Amor”. Representantes de forças historicamente antagônicas ao PT começaram a subir no mesmo palanque que Lula. A velha estratégia da conciliação com as oligarquias retornava sob o comando de um metalúrgico nordestino, que frequentou a escola primária por apenas quatro anos e começou a trabalhar nas ruas aos 11 anos de idade, que alcançou o cargo mais importante da política nacional, a Presidência da República. A seguir examina-se essa transição.

O Partido dos Trabalhadores e suas Reconfigurações

Em artigo intitulado “A Evolução do Petismo (2002-2008)”, Samuels (2008) analisa fenômeno do petismo brasileiro mediante a assunção de Lula à Presidência da República de 2002 até 2008. O autor identifica três dinâmicas distintas para a construção e consolidação da atual base política do Partido dos Trabalhadores, as quais seriam:

1. Esforços intensos de recrutamento de novos militantes;
2. Motivações dos indivíduos para obtenção de informação política; e
3. Engajamento de indivíduos em redes sociais altamente politizadas.

Após chegar à Presidência da República o PT refutou algumas de suas bases ideológicas fundantes, reconfigurando sua forma de ação para assumir uma postura mais moderada. Entretanto, esse processo seria mais restrito à cúpula central do partido - sua liderança. Assim, quais seriam os impactos para os petistas em geral? Como respostas, devem-se considerar três hipóteses: (a) não moderação dos petistas, em contrapartida à moderação que os seus líderes assumiram; (b) moderação encarada tanto pelos líderes, como pelos petistas; e (c) mesmo que seja constatado o “abraço” dos líderes do partido à moderação, o mesmo não pode ser explicitado aos petistas. Dessa forma, segundo Hunter (2007 apud SAMUELS, 2008), “o PT foi ‘empurrado’ em direção à moderação por forças exógenas e por sua liderança, particularmente Lula e seu círculo mais próximo, na busca pela conquista da Presidência da República desde 1989” (p. 303-304).

O substrato dessa afirmativa seria que o PT não assumiria uma postura mais ou menos moderada, mas um distanciamento quantitativo e qualitativo de suas bases ideológicas e, conseqüentemente, a perda de receptividade da sua base partidária. Lula não mudou, ou se moderou, mas as bases do seu partido tornaram-se moderadas. A relevância dessa terceira hipótese revela que há um processo de mudança no eleitorado

brasileiro, principalmente influenciada pelo não encantamento ao nacionalismo de Hugo Chávez.

O governo Lula também assumiu uma postura que afastou grande parte dos seus apoiadores, principalmente os mais radicais de esquerda. Com os escândalos de corrupção (mensalão), a reputação petista acabou sendo abalada. O pragmatismo político e os escândalos políticos conotam-se os maiores problemas para o governo petista, que começou a sofrer um processo de ruptura com a sua *base* que, em suma, não se sentia mais identificada com o partido. Emerge daí uma tendência ao rompimento dos laços de solidariedade militante enquanto aprofunda-se o fenômeno da degeneração burocrática. Dessa forma, ao referir-se às transformações ocorridas no Partido dos Trabalhadores (PT), que se verificavam desde a década de 1990, Soares observa que

O partido deixa de ser um órgão de luta dos trabalhadores, dos oprimidos, para se adaptar ao calendário eleitoral. Muitos partidos se desviaram de sua trajetória histórica inicial, de sua base programática, político-estratégica, distanciando-se de sua base social, a ponto de se transformarem em verdadeiros instrumentos de uma burocracia autoritária ou para se adaptarem à ordem dominante. Os exemplos mais flagrantes dessas práticas políticas foram os partidos stalinistas e a social-democracia. (2005, p. 199)

Além de uma atitude mais pragmática de cunho eleitoral no cenário político, na qual o PT construiu uma série de alianças com partidos de perfis ideológicos totalmente diferentes de suas bases, cabe aqui também ressaltar as substantivas vantagens que obtiveram algumas lideranças sindicais que apoiaram esse processo de reconfiguração do Partido dos Trabalhadores, amealhando para si uma série de vantagens políticas e monetárias, representando uma reviravolta nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado, conforme observa Ruy Braga:

Em termos gerais, nunca é demais lembrar que o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais. Além disso, posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. Vários deles assumiram posições de grande prestígio em empresas estatais – como, por exemplo, Petrobras e Furnas Centrais Elétricas -, além de integrarem o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo federal promoveu, ainda, uma reforma sindical que oficializou as centrais sindicais brasileiras, aumentando o imposto sindical e transferindo anualmente cerca de 100 milhões de reais para essas organizações. Tudo somado, o sindicalismo brasileiro elevou-se à condição de um ator estratégico no tocante ao investimento capitalista no país. (2012, p. 204).

No entanto, cabe salientar que essas mudanças ocorridas no *modus operandi* do PT não são sua exclusividade. Pesquisas mostram que desde o Império o sistema

partidário brasileiro sempre apresentou fragilidade e desorganização em sua estrutura. Salvo raras exceções, geralmente entre os partidos de esquerda, não houve, na história nacional, partidos com uma ideologia bem definida. Entre os parlamentares, o que importa é sua personalidade. Outra pesquisa mostra que os parlamentares também não agem livremente, pois, em sua maioria, seguem a indicação dos líderes dos partidos, de suas ideologias e interesses (MARTINS JR., 2007).

No caso do Partido dos Trabalhadores, a conquista da Presidência da República ocorreu em função da mudança de um discurso de contestação da ordem capitalista para uma postura mais conservadora, embora a crítica às privatizações realizadas por FHC fossem bastante enfatizadas em sua propaganda eleitoral.³ Tudo indicava que, com a eleição de Lula haveria o retorno ao “Estado grande”, em contrapartida ao “Estado mínimo” do neoliberalismo. Todavia, a Carta ao Povo Brasileiro (SILVA, 2002), publicada em 22 de junho de 2002, na qual Lula promete honrar compromissos com órgãos como o FMI foi mais uma resposta ao mercado do que ao povo, pois se verificaram turbulências nas Bolsas de Valores na medida em que Lula avançava nas pesquisas de intenção de voto.

Pairava sobre a cabeça dos investidores o receio de estatizações, calotes em instituições financeiras e outras medidas similares, em suma, quase tudo aquilo que os slogans do PT defendiam em suas campanhas anteriores (Fora FMI, Fora FHC etc.). O efeito da divulgação de Carta, somado à indicação de um empresário para vice-presidente, também abriu para o PT para uma nova trajetória política e social, reconfigurando o partido em uma lógica que alguns autores caracterizam como a “financeirização da esquerda”, que emerge, sobretudo, a partir do controle dos fundos de pensão por sindicalistas e políticos a eles alinhados (GRÜN, 2009).

As eleições presidenciais do ano de 2006, com o protagonismo da reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e da ameaça tucana protagonizada por Geraldo Alckmin (PSDB), revelaram-se campo interessante à problematização de diversos analistas. Em um primeiro momento, o adversário tucano do PT chegou a alcançar 40% dos votos, no primeiro turno. Porém, no segundo turno, o PT saiu vitorioso com uma larga escala de votos. Mas como? Vários analistas políticos afirmam que o programa Bolsa Família

³ É curioso notar que, embora o PT e o PSDB tenham travado uma campanha bem acirrada, Fernando Henrique Cardoso reconheceu posteriormente que “as diferenças entre os partidos (PT e PSDB) mostraram ser menos de cunho ideológico do que de luta pelo poder. Uma vez no poder, o PT seguiu as linhas gerais das políticas anteriores” (2010, p. 114).

teria sido o divisor (e definidor) dessas eleições, uma vez que “no Nordeste, região que recebe o maior contingente assistencial do Bolsa Família, Lula ultrapassou os 70% em quase todos os municípios” (OLIVEIRA, 2010, p. 21).

Nesse sentido, as eleições presidenciais teriam sido realmente uma disputa entre as regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, ou então, como Lula enfatizava em sua campanha, uma contenda entre “ricos” e “pobres”. Entretanto, cabe aqui um questionamento: será que apenas os pobres votaram no PT e os ricos votaram no PSDB? Na realidade, saindo da propaganda para uma análise mais objetiva: 40% dos votos que o PSDB recebeu não correspondem, nem de longe, ao percentual dos verdadeiramente ricos da população brasileira. Além do mais, com a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2006 não ocorreram grandes mudanças na organização política do Senado e na Câmara dos Deputados. Dessa forma,

O PT manteve-se com a segunda maior bancada da Câmara Federal, mas pela primeira vez em sua história teve uma diminuição em seu número de deputados. [...] Recorreu ao partido, e a setores de esquerda fora dele, no segundo turno, quando viu a reeleição ameaçada. Proclamados os resultados, logo fechou acordo com o PMDB para dominarem juntos a Câmara dos Deputados e o Senado. (Ibidem, p.22).

A partir desse novo cenário político “modernizado”, Oliveira comenta:

Talvez estejamos assistindo à construção de uma “hegemonia às avessas” típica da era da globalização. A África do sul provavelmente anunciou essa hegemonia às avessas: enquanto as classes dominadas tomam a “direção moral” da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada (Ibidem, p.24).

A hegemonia do PT, assim, se firma como uma “inversão” de valores anteriormente defendidos pela legenda, já que a “direção moral” da sociedade brasileira, de resistência aos ranços da ditadura militar, alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. O Bolsa Família, na avaliação de Oliveira, representou uma derrota ao “apartheid social brasileiro”. Porém, ao mesmo tempo em que Lula logra reduzir as desigualdades sociais no Brasil, o “sequestro” dos movimentos sociais pelo Estado passa a constituir-se no carro chefe do seu governo. Setores economicamente mais influentes da economia brasileira, como o sistema bancário ou o agronegócio, passam a usufruir de representações de destaque na bancada de apoio ao governo.

Enquanto a base de apoio do Governo Fernando Henrique contava com 295 parlamentares, o atual governo de Dilma Rousseff obteve o apoio de 410. Dos 20 partidos representados no Congresso, 17 fazem parte da base de apoio do PT. Nos anos

FHC, dos 14 partidos representados no Congresso, apenas cinco faziam parte da base de apoio de seu governo (LEITE, 2013). A partir desses dados é possível observar a tendência do PT de aglutinar a seu bloco lideranças políticas que anteriormente eram totalmente opositoras à sua ideologia de esquerda, sendo geralmente esse apoio consolidado mediante a ocupação de cargos e o comando de ministérios.

Apesar dos êxitos na redução das desigualdades sociais, principalmente nas regiões mais pobres do Brasil, a noção de política como *troca de favores* está longe de desvanecer-se do cenário político brasileiro. Segundo Carlos Nelson Coutinho (2010), o PT está longe de ser um partido antineoliberalismo ou pós-neoliberal, uma vez que sua gestão representou uma continuidade da gestão FHC em muitos aspectos. Em seu texto, Coutinho utiliza Gramsci para fazer a distinção entre a *grande política* e a *pequena política*. O primeiro tipo ocupa-se em realizar na sociedade mudanças significativas de estruturas orgânicas econômico-sociais, enquanto o segundo caracteriza-se pelo manejo do dia a dia, da política parlamentar de concessão de cargos e favores, de intrigas. Segundo Coutinho:

A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal. Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de “transformismo”, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição. E esse transformismo, que já se iniciava no governo Cardoso, consolidou definitivamente entre nós da hegemonia da pequena política. (p. 42)

Nesse sentido, o governo do PT seria uma continuidade do governo FHC em termos de política macroeconômica, ao mesmo tempo em que coopta forças conservadoras para ampliar o seu projeto de poder e promove a redução da pobreza por intermédio de políticas redistributivas abrangentes⁴. Decerto que o PT imprime às suas ações um verniz social que irá diferenciá-lo do PSDB, mas certamente abandonou o matiz ideológico que o caracterizava como um partido marcadamente de esquerda (socialista), transformando-se em um partido com forte teor socialdemocrata ou, conforme Coronado e Uc (2012, p. 85) em uma “esquerda eleitoral heterodoxa”.

⁴ Cabe aqui salientar os dados de Singer (2012, p. 64): “Entre 2003 e 2006, o Bolsa Família viu seu orçamento multiplicado por treze, pulando de 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, e atendia a cerca de 11,4 milhões de famílias perto da eleição de 2006”.

O Pós-Neoliberalismo: rumo a um novo capitalismo?

A partir da eleição de Hugo Chávez, em 1998, iniciou-se na América Latina um processo de refutação do modelo neoliberal, o qual tinha agravado quadros de desigualdade social, aumentado o desemprego e produzido mudanças negativas no mundo do trabalho em decorrência da flexibilização, sem mencionar a especulação financeira e as privatizações, fatos que abalaram as economias e as relações sociais em vários países deste continente.

No final da década de 1990 e início do século XXI, a situação em vários países da América Latina era dramática. A aplicação das medidas do Consenso de Washington nesses países gerou grande desemprego e aumento das desigualdades sociais, além de submeter sua economia a constantes ataques financeiros especulativos. Rebeliões marcaram essa época no continente. Na Argentina, no início do século, uma das mais conhecidas foi a dos *piqueteros*. Como consequência da crise econômica e social, Nestor Kirchner emerge como candidato à Presidência da República e assume seu mandato em 2003, conduzido por um veemente discurso antineoliberal, compartilhado por outros presidentes eleitos como Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, só para mencionar alguns.

Para contrapor-se ao neoliberalismo dos governos anteriores, o Partido dos Trabalhadores, no Brasil, pautou sua campanha para a Presidência da República em uma agenda majoritariamente voltada para realizar uma combinação entre crescimento econômico, combate ao desemprego, diminuição das desigualdades sociais e erradicação da pobreza extrema. Aproveitando também o bom momento da economia mundial no início do século XXI, o governo do PT obteve bons resultados nas urnas, elegendo Luiz Inácio Lula da Silva a Presidente da República.

A partir de 2004, houve uma expansão média anual da renda *per capita* dos brasileiros de 3,3%. A participação do rendimento do trabalho na renda nacional aumentou 14,8% entre 2004 e 2010. No que tange à pobreza extrema, as políticas de transferência de renda lograram retirar 21,8 milhões de pessoas dessa condição. O governo do PT também conseguiu o feito histórico de fazer o Brasil passar à posição de credor internacional (inclusive concedendo empréstimos ao FMI⁵) e multiplicou por dez

⁵ Segundo Barbosa (2013), “um ponto simbólico da melhora nas contas externas ocorreu no final de 2005, quando o governo Lula decidiu encerrar sua dívida junto ao FMI, o fim da dívida brasileira junto com o FMI, mediante pagamento único de 23 bilhões de dólares” (p. 73).

vezes a soma das reservas externas, o que propiciou ao País sair praticamente ileso da crise de 2008 (POCHMANN, 2013).

A partir dos dados apenas apresentados, o Brasil passou a representar uma referência de “economia emergente” no cenário mundial. O próprio presidente Lula realizou várias viagens ao exterior para divulgar suas políticas de inclusão social, demonstrando que era possível criar uma perspectiva de crescimento alternativa à globalização neoliberal. Na esteira desses acontecimentos, o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). A imprensa divulgava constantemente que o País agora era visto com “mais respeito” no exterior, em contraposição ao Brasil endividado, pobre e atrasado de algumas décadas atrás. Passou a se situar entre os países emergentes, integrando os BRICS, grupo formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em poucas palavras, obteve “respeitabilidade” em nível mundial, em virtude do aumento da competitividade, exportações e do crescimento do mercado interno com a redução dos índices de pobreza.

Em vias conceituais, o termo pós-neoliberalismo é vago. Para alguns, representa o fim de uma onda de neoliberalismo que se iniciou com o tatcherismo no Reino Unido e findou com a crise de 2008, nos Estados Unidos. Porém, os efeitos da crise geraram cenários contraditórios. Embora o neoliberalismo possa ser identificado a partir de algumas políticas comuns, como a desregulamentação dos mercados financeiros ou as privatizações, por exemplo, ele não se aplicou a todos os países de maneira uniforme. No caso do Chile, as “reformas neoliberais” ocorreram no interior de um regime ditatorial, enquanto no Brasil, foram implementadas por presidentes eleitos democraticamente. As economias e os regimes políticos diferem sobremaneira entre os países da América Latina. Assim sendo, conforme alertam Peck; Theodore e Brenner:

Não se trata da história de um estado do neoliberalismo completamente formado, funcionando coerentemente, como se fosse um “regime” bem definido, progressivamente se expandindo e criando um espaço regulatório global. Na verdade, os processos de neoliberalização ocorrem, se articulam e interpenetram de modo desigual em diferentes lugares, territórios e escalas. (2012, p. 72).

Pode-se inferir, daí, que o processo de neoliberalização ocorrido no Brasil não pode ser igualado ao havido no Chile ou Argentina, embora todos esses países tenham sido afetados por políticas semelhantes, geralmente sob o escrutínio de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial. Assolados por crises inflacionárias e dívidas externas, muitos países da América Latina recorreram

a essas instituições em busca de empréstimos, que eram concedidos sob a condição de implementação de reformas neoliberais no âmbito dos Estados nacionais. A partir da vitória do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República, a “onda neoliberal” sofreu um processo de relativa contenção, uma vez que a legenda vencedora das eleições tinha como pauta de governo a erradicação da miséria e a contenção das privatizações, entre outras medidas. Para Sader (2010), o pós-neoliberalismo representou uma expansão das relações mercantis e um incremento das ideologias que defendem a centralidade do mercado. No entanto, sob outro prisma, o autor defende ir contra essa tendência. Nesse sentido,

Uma alternativa pós-neoliberal tem de partir do antineoliberalismo, o que significa: oposição à desregulação; oposição à financeirização; oposição à precarização das relações de trabalho e oposição ao livre comércio (p. 239).

Considerando abordagens de vários pesquisadores, Brand e Sekler (2010, p. 16) chamam a atenção para quatro cenários bem diversificados para alternativas neoliberais, as quais seriam:

1. Um tipo de capitalismo ainda menos regulado;
2. Uma versão conservadora-autoritária do capitalismo;
3. Uma versão socialdemocrata de um capitalismo financeirizado;
4. Um padrão de desenvolvimento baseado na solidariedade.

Diante de cenários específicos, cada país em seu contexto vai moldando sua política para minimizar os efeitos da crise de 2008. Uma vez que o colapso financeiro de *Wall Street* se revelou uma crise de longa duração, cada país vai modificando e reorganizando a relação entre capital financeiro e capital industrial, ou seja, entre o mundo das finanças e a geração de empregos para evitar um novo naufrágio. As conjunturas são as mais variadas. Em virtude de um desenvolvimento econômico bem sucedido e de o setor financeiro ser fortemente controlado pelo Estado, além de dispor de reservas cambiais de aproximadamente US\$ 1,8 trilhões, a China não foi muito afetada pela crise (SUM, 2010). Nos Estados Unidos, o governo Obama não sinaliza grandes mudanças nas relações de poder, ao passo que na Europa Ocidental, a crítica ao neoliberalismo vem em grande parte da extrema direita e de seu nacionalismo racista. Dessa forma, Brand e Sekler atentam para o fato de que:

O termo pós-neoliberalismo é intencionalmente usado de forma vaga. Estamos cientes dessa relativa nebulosidade, da variedade de significados que o termo pode ter e da tensão entre um conteúdo e uma interpretação

emancipatórios, por um lado, e um conteúdo e uma interpretação dominantes e até reacionários, por outro. (2010, p. 22).

No Brasil, a retórica do desenvolvimentismo retorna à pauta das discussões acadêmicas e também das políticas públicas engendradas pelos “governos pós-neoliberais”, como seria o caso do PT. Conforme salienta Castelo Branco (2009), o objetivo dos novos desenvolvimentistas no Brasil é:

[...] entrar, como uma espécie de Terceira Via, na disputa pela hegemonia ideopolítica para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado pelos setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo (p. 74).

Entretanto, Santos (2012) comenta que se verificou, no governo Lula, um aumento da precarização e da flexibilidade do emprego e, por conseguinte, da exploração do trabalho, incluindo a terceirização do trabalho, fenômeno perverso para o “barateamento” de mão de obra e a negação de direitos sociais típico do neoliberalismo. Tal fato não é recente na história brasileira. Enquanto nos países centrais o padrão de proteção social reforçava a estabilidade dos empregos como base principal para as taxas de lucros do período fordista, a flexibilidade/precariedade, no Brasil, se consolidava como parte estruturante dos postos de trabalho, mesmo durante o período fordista do capitalismo brasileiro.

Dessa forma, pode-se apreender que o ideário “neodesenvolvimentista” opera pela via do “transformismo”, na perspectiva da mais antiga obsessão do capitalismo, que seria “diluir” ideologicamente (e, por isso, de forma aparente) os antagonismos entre as classes sociais” (Ibidem, p. 444). Embora a “era FHC” tenha sido caracterizada por um aumento das taxas de desemprego no Brasil e a “era Lula” em contraponto gerou um aumento considerável de empregos formais, cabe observar que, em 2009, 54% de todos os postos de trabalho no País estavam situados na faixa de até 1,5 salário mínimo (BRAGA, 2012). Os novos trabalhadores da era lulista seriam o precariado brasileiro, recentemente saído do pauperismo e representado por trabalhadores jovens, não qualificados ou semiquilificados, precarizados e inseridos em relações trabalhistas com precária organização coletiva. É a partir dessa massa que o PT - anteriormente um partido ligado aos intelectuais de esquerda, estudantes universitários, funcionários públicos etc. – irá construir sua nova base eleitoral.

O PT e a “Lei de Ferro” da Oligarquia de Michels

Para Michels (1982), mesmo um partido de esquerda, quando almeja o poder, tende a passar por um processo de aburguesamento e burocratização de sua composição a partir do contato com as estruturas oligárquicas inerentes ao Estado, quando o partido assume cargos políticos através do processo eleitoral. Assim, esse poder torna-se conservador em sua essência. O partido político de esquerda que tenta se opor a essa organização não passará de uma influência lenta e frequentemente interrompida nesse percurso, pois “encontrará seus limites nos próprios limites que a natureza da oligarquia lhe irá impor” (p. 219). O partido político revolucionário, então, seria um Estado dentro do Estado, com o intuito declarado de pôr fim ao Estado atual, pensando em colocar outro Estado no seu lugar. Para chegar a esse fim, porém, o Estado proposto tem um ideal “estadista”, fazendo com que os meios se confundam com os fins. Neste sentido, Silva (apud. SOARES, 2005, p. 189-190) comenta:

O eleitoralismo e o burocratismo interagem entre si. Nos dois casos, observamos o aburguesamento crescente da militância, a partir das mudanças das condições objetivas de vida. Prevalece o pragmatismo e os interesses particularistas de caráter eleitoral. Os que resistem são minoritários e não são determinantes para as definições dos rumos partidários. Esta situação é agravada pelo abismo verificado entre a direção e a base; pelo abandono e a acomodação de parcelas de militância; pela centralização do poder nos órgãos diretivos, com o esvaziamento, desaparecimento ou manipulação dos núcleos de base existentes; e pela elitização crescente da participação nas instâncias internas.

Esse partido revolucionário organiza-se em quadros que almejam a revolução social, e coordena esforços permanentes para atingir esse ideal. Todavia, essa organização tende a transformar o meio em um fim, emergindo daí a sua “lei de ferro” das oligarquias de Michels. As instituições e qualidades que seriam o diferencial desse partido, no seu início, são paulatinamente deixadas de lado quando se impõe cada vez mais o interesse de (apenas) permitir o funcionamento da máquina partidária para a concorrência eleitoral. Dessa forma,

A luta que os socialistas travam contra os partidos das classes dominantes não é mais concebida como uma luta de princípios, mas como uma luta de concorrência. O partido revolucionário rivaliza com os partidos burgueses pela conquista do poder. Por isso ele abre seus quadros a todos os indivíduos que possam lhe ser úteis sob esse aspecto ou sejam simplesmente suscetíveis de reformar e aumentar seus batalhões na luta em que está engajado. (Ibidem, p. 224).

A partir desse ponto de vista, o ímpeto revolucionário e transformador de um partido com pretensões revolucionárias, quando decide lutar por mais espaço dentro do

Estado burguês, tende a tornar-se apenas mais uma peça da engrenagem que criticara outrora e sua tendência é a de arregimentar cada vez mais apoio para reforçar a sua influência, como ocorre no caso do aumento das “coligações” com outras legendas. Essa tendência é reforçada pelo caráter parlamentar dos partidos políticos, já que o parlamentarismo almeja alcançar o maior número de votos, o que possibilitará ao partido político se manter no poder.

O que é, na verdade, o partido político moderno? Uma organização metódica das massas eleitorais. O partido socialista, como agregado político que procura alistar ao mesmo tempo membros e eleitores, tem um interesse vital em ganhar sempre novos votos e novas adesões. (Ibidem, p. 220).

No caso da manutenção no poder do Partido dos Trabalhadores, cabe aqui ressaltar algumas medidas institucionais imprescindíveis para a conquista das massas por esse partido no Brasil: o aumento real do salário mínimo e do emprego formal, o incremento do programa Bolsa Família, a expansão dos financiamentos populares por intermédio do uso do crédito consignado e a diminuição de preços da cesta básica (SINGER, 2012). Mediante esses instrumentos de intervenção na economia, sedimentou-se o que se poderia denominar de “pós-neoliberalismo à brasileira”, visto que tais medidas econômicas garantiram duas vitórias consecutivas de Lula à Presidência da República e, depois, a eleição de Dilma Rousseff. No plano político, o amplo apoio de antigas oligarquias que permeiam o espectro político brasileiro garante a execução das políticas públicas e a continuidade do PT no poder na década circunscrita entre os anos de 2003 a 2013.

Considerações Finais

A partir da análise dos temas expostos pode-se inferir que o Estado brasileiro vivenciou importantes conquistas socioeconômicas na década situada entre os anos de 2003 a 2013, com o Partido dos Trabalhadores no Poder. A economia, antes refém dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, logrou emancipar-se a partir da redução dos índices de pobreza, do incremento do mercado interno e do aumento da competitividade em nível mundial. Entretanto, no que tange à superação do neoliberalismo, é necessário certa cautela. O Partido dos Trabalhadores não optou por uma ruptura radical com essa ideologia, ainda que em sua retórica de propaganda tenha explorado essa tese. Os órgãos anteriormente privatizados não sofreram um processo de re-estatização, as parcerias público-privadas e os sistemas

de concessões são a tônica do momento e grande parte dos trabalhadores brasileiros ocupa empregos de baixa remuneração e muitos são terceirizados. Assim, o modelo econômico do PT pareceu encaixar-se, no plano econômico, não como um governo pós-neoliberal como verificado em outros países da América Latina, mas como uma “versão social-democrata de um capitalismo financeirizado” (BRAND; SEKLER, 2010).

No que tange à ruptura com as tendências patrimonialistas fundantes deste Estado, a situação torna-se ainda mais problemática. Na medida em que políticos como José Sarney, Fernando Collor e Paulo Maluf construíram alianças, no período analisado, com a cúpula do Partido dos Trabalhadores, é incongruente classificar tal partido como “de esquerda” ou “anti-oligárquico”. Neste sentido, a tendência política *Articulação* (ART) passa a tornar-se hegemônica dentro do partido, incorporando “em seu discurso a defesa de uma política mais ‘afirmativa’ e ‘propositiva’”. E com ela, uma preocupação se coloca de forma bastante clara: *o desafio de ser governo* (SOARES, 2005, p. 102, grifos do original). Nesse contexto, pode-se também inferir que a lógica patrimonialista e oligárquica característica do sistema político brasileiro permanece forte, agora ganhando matizes mais institucionais, como no caso do Programa Bolsa Família substituindo o auxílio direto e clientelístico do coronel a seus protegidos, ao mesmo tempo em que a política da *troca de favores* predomine nos gabinetes ministeriais e entre os parlamentares, fato que poderia, no plano político, classificar o PT, em sua primeira década na Presidência da República, como uma “esquerda eleitoral heterodoxa”, conforme salientam Coronado e Uc (2012).

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Nelson. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, Emir. **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. (org.). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, Brasil, 2013. p. 69-102.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo; USP Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRAND, Ulrich; SEKLER, Nicola. Pós-neoliberalismo: termo genérico ou valioso conceito analítico e político? Objetivos de um nascente debate. In: _____ (orgs.). **Diante da crise global: horizontes do pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 11-23.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e social-democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2009.

CORONADO, Jaime Preciado; UC, Pablo. As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 77-93.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas**. Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John. A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 24, n. 1, junho 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GRÜN, Roberto. Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 21, n. 2, pp. 153-184, novembro 2009.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas [v.1]: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.

LANZONI, Augusto. **Iniciação às ideologias políticas**. 5. ed. São Paulo: Ícone, 1998.

LEITE, Paulo Moreira. Porque a base trai. **Revista Isto É**, ed. 2270, 17 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/299528_POR+QUE+A+BASE+TRAI>. Acesso em: 18 jun. 2013.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS JR., João Paulo. Os partidos políticos. In: DANTAS, Humberto; MARTINS JR., José Paulo. **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007. (Coleção ciências sociais)

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MICHELSONS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas**. Economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-27.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Mal-estar no pós-neoliberalismo. **Novos Estudos**, Cebrap, 92, pp. 59-78, março 2012.

POCHMANN, Marcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir. **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. (org.). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, Brasil, 2013. p. 145-156.

SADER, Emir. Pós-neoliberalismo na América Latina. In: BRAND, Ulrich; SECKLER, Nicola (orgs.). **Diante da crise global: horizontes do pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 233-245.

SAMUELS, David. A Evolução do Petismo (2002-2008). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, nº 2, p.302-318, novembro 2008.

SANTOS, Joseane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para o seu debate na “era” Lula da Silva. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, 2012.

SILVA, Luís Inácio Lula da. **Carta ao povo brasileiro**. 2002. Disponível em: <http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, José de Lima. **O PT e a CUT nos anos 90: encontros e desencontros de duas trajetórias**. Brasília: Fortium, 2005.

SUM, Ngai-Ling. Lutas contra a wal-martização e a competitividade neoliberal na China (meridional) – rumo ao pós-neoliberalismo como alternativa? In: BRAND, Ulrich; SECKLER, Nicola (orgs.). **Diante da crise global: horizontes do pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 215-232.

Aprovado em: 17 de Outubro de 2015.